Celesc Distribuição S.A.
Concurso Público • Edital 001/2026

https://2026cpcelesc.fepese.org.br

CADERNO DE PROVA

S5

Médico •
Medicina do Trabalho

Instruções

Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchidos e assinados.



1 de novembro | **60 questões**
14 às 18h | **4h de duração***

Preencha abaixo o seu nome completo de forma legível (não abrevie o primeiro e o último nomes) | nº de ordem

Fepese

Observações

Para prestar a Prova, o candidato receberá um **caderno de prova** e um **cartão-resposta**, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do certame envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de prova, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta azul ou preta, seguindo as instruções nele contidas.

As provas serão corrigidas exclusivamente com base nas marcações do cartão-resposta, sendo desconsideradas quaisquer anotações realizadas no caderno de questões.

O caderno de prova não será disponibilizado ao candidato e será descartado após o término do período recursal.

O preenchimento do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.

Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.



Língua Portuguesa

5 questões

Leia o texto abaixo com atenção:

Raios podem danificar redes elétricas residenciais mesmo sem atingir a casa

Pesquisadores explicam os cuidados que se deve tomar com equipamentos elétricos e com a vida humana nos casos de tempestade de raios

No dia 1º de junho de 2011, um raio atingiu a escola primária Runyanya, a 225 quilômetros de Kampala, capital da Uganda, país da África Central. Devastadora, a descarga elétrica matou 18 crianças e um professor de imediato. Uma criança morreu em decorrência de queimaduras no dia seguinte e outras 50 ficaram feridas. O acidente ficou conhecido como a maior quantidade de crianças mortas em decorrência de uma única descarga atmosférica, conta o professor Hélio Eiji Sueta da Escola Politécnica da USP. Desde então, o dia 28 de junho é lembrado como Dia Internacional de Segurança contra Raios.

Que medidas de segurança podem ser tomadas para evitar que tragédias como a de Runyanya se repitam? Como podemos nos proteger de descargas elétricas fortíssimas, que parecem cair de maneira aleatória? O professor Carlos Augusto Morales Rodriguez é meteorólogo pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP. Ele conta que os relâmpagos são uma forma de a atmosfera liberar a energia que contém: "As nuvens têm cargas elétricas e, uma vez que essas cargas elétricas se separam, geram um campo elétrico. Quando a gente olha para a água, eletricamente, ela tem cargas positivas e negativas, só que ela está neutra, porque as cargas negativas e positivas estão juntas", explica Morales.

Quando olhamos para nuvens, o que vemos na verdade são incontáveis gotículas de água em movimento caótico, se colidindo e aumentando de tamanho. Quando chega em certo ponto, a gota cai em forma de chuva ou granizo, se as condições meteorológicas forem propícias. Nessas colisões ocorrem transferência de carga. "E toda vez que você tem uma colisão, seja água ou gelo, você tem transferência de carga. Uma parte externa da gota d'água fica carregada com uma carga e a parte externa da que rebater fica carregada com outra polaridade. São criados dois centros de carga e, uma vez que o campo elétrico é suficientemente alto para romper a resistência do ar, ocorre o raio", detalha o professor.

[…]

Os riscos dos raios

As descargas atmosféricas são de altíssima intensidade: segundo a Sociedade Brasileira de Física, um raio pode chegar de 100 milhões a 1 bilhão de volts. Com tamanha força, as descargas eletromagnéticas trazem riscos aos seres humanos e equipamentos elétricos.

O professor Hélio Eiji Sueta, além da Poli, é membro da comissão de proteção contra raios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ele conta que um raio não precisa cair exatamente em cima da residência para causar danos, basta que caia próximo: "O raio gera um campo eletromagnético que acopla com tudo quanto é fio e tudo quanto é parte metálica, e isso gera surtos que vão queimar os equipamentos. Também tem aquele raio que cai direto ou próximo da linha de telefone ou de energia e leva esse surto para dentro da casa".

Caso a instalação elétrica não tenha sido feita seguindo os parâmetros técnicos de segurança, o relâmpago pode causar um centelhamento na rede elétrica da casa, iniciando um incêndio. Justamente pela descarga se acoplar tão facilmente em estruturas metálicas, não é recomendado utilizar aparelhos eletroeletrônicos na tomada durante uma tempestade.

"Só ano passado, a gente teve conhecimento de pelo menos cinco casos de pessoas que morreram utilizando o celular na tomada, por causa do raio. Tem também os casos de pessoas abrindo uma geladeira, por exemplo," conta Sueta. Portanto, ao perceber uma tempestade de raios se aproximando, vale o alerta de tirar os equipamentos da tomada; contudo, deve-se desligar os equipamentos bem antes da tempestade começar. "A gente teve conhecimento de pessoas tirando, por exemplo, o plug da TV em períodos de chuva para proteger o equipamento e justamente nesse momento caiu um raio. Não precisou nem cair na casa onde ele está, pode ter caído na linha e ele sofreu um choque", finaliza Hélio Eiji Sueta.

Fonte: https://jornal.usp.br/atualidades/raios-podem-danificar-redes-eletricas-residenciais-mesmo-sem-atingir-a-casa/

1. No trecho *"A gente teve conhecimento de pessoas tirando, por exemplo, o plug da TV em períodos de chuva […] e justamente nesse momento caiu um raio. Não precisou nem cair na casa onde ele está, pode ter caído na linha e ele sofreu um choque"*, a citação desse comportamento específico visa a demonstrar que:

a. ☐ comprovar que os raios são atraídos pelos aparelhos eletroeletrônicos no momento em que são desconectados da rede elétrica.
b. ☑ a intenção preventiva, quando desacompanhada da temporalidade adequada, pode expor o indivíduo justamente ao perigo que pretendia evitar.
c. ☐ reforçar que a proteção dos equipamentos depende da interrupção municipal do fornecimento de energia elétrica no imóvel durante os períodos de chuva.
d. ☐ mostrar que a retirada dos equipamentos da tomada constitui uma medida suficiente para impedir que descargas próximas provoquem choques elétricos, independentemente de como e quando se faz.
e. ☐ evidenciar que os acidentes envolvendo equipamentos elétricos durante tempestades decorrem principalmente da permanência das pessoas dentro de casa, independentemente do contato com a rede elétrica.

---

2. No período *"**Devastadora**, a descarga elétrica matou 18 crianças e um professor de imediato"*, o termo destacado exerce uma função sintática específica em relação à oração.

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** essa função:

a. ☐ vocativo.
b. ☐ objeto direto.
c. ☐ aposto explicativo.
d. ☑ predicativo do sujeito.
e. ☐ sujeito determinado simples.

---

3. No trecho *"O relâmpago pode causar um centelhamento na rede elétrica da casa, **iniciando** um incêndio"*, a forma verbal destacada apresenta uma característica morfológica específica.

É **correto** afirmar que "iniciando" está no:

a. ☑ gerúndio.
b. ☐ particípio.
c. ☐ presente do subjuntivo.
d. ☐ pretérito imperfeito do indicativo.
e. ☐ pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

4. No desenvolvimento do texto, a apresentação de casos concretos de pessoas atingidas ao utilizar equipamentos elétricos durante tempestades contribui principalmente para:

a. ☑ exemplificar, em situações reais, os riscos explicados, aproximando a informação científica das situações cotidianas enfrentadas pelo leitor.
b. ☐ transformar a exposição de caráter científico em uma argumentação de caráter exclusivamente narrativo, centrada nos acontecimentos relatados.
c. ☐ dramatizar a exposição dos fatos mediante apelo emocional, priorizando o impacto das tragédias pessoais em detrimento do rigor das orientações técnicas.
d. ☐ substituir as explicações científicas por relatos empíricos, sugerindo que as vivências individuais possuem maior valor preventivo do que os conceitos teóricos.
e. ☐ sugerir que o alcance das medidas preventivas se aplica prioritariamente ao contexto doméstico, dando a entender que o ambiente interno da casa é o único local em que o acoplamento eletromagnético oferece risco real.

---

5. Em relação às orientações do Manual de Redação da Presidência da República para a obtenção de clareza nos expedientes oficiais, assinale a alternativa **correta** quanto ao uso de regionalismos e neologismos:

a. ☐ Equiparam-se ao uso de termos em idioma estrangeiro, tornando-se legítimos desde que grafados em itálico ou entre aspas.
b. ☐ São permitidos em documentos de circulação restrita, desde que o órgão emissor e o destinatário pertençam à mesma região geográfica.
c. ☐ São aceitos como recurso para conferir maior proximidade e expressividade ao texto, aproximando a linguagem administrativa da realidade do cidadão.
d. ☐ Podem ser empregados livremente, desde que a expressão regionalista seja explicitada por extenso ou em nota de rodapé na sua primeira ocorrência.
e. ☑ Devem ser evitados na redação oficial, uma vez que o texto público exige o emprego do padrão culto da língua e de vocabulário de alcance nacional.

Matemática e Raciocínio Lógico 5 questões

6. Um investidor possui três títulos a receber:

- R$ 5.000,00 com vencimento em 2 meses;
- R$ 8.000,00 com vencimento em 4 meses; e
- R$ 12.000,00 com vencimento em 6 meses.

Ele negocia a substituição dos três títulos por um único pagamento a ser recebido em 3 meses.

Considerando uma taxa de juros compostos de 25% ao mês, qual é o valor do pagamento único?

a. ☐ R$ 18.200,00
b. ☐ R$ 18.500,00
c. ☑ R$ 18.794,00
d. ☐ R$ 19.000,00
e. ☐ R$ 19.200,00

7. Em uma companhia de energia elétrica, 6 equipes de manutenção, operando 8 horas diárias, realizam a substituição de 1.200 medidores em 5 dias.

Em quantos dias 4 equipes, operando 6 horas diárias, realizarão a substituição de 1.440 medidores, mantendo-se o mesmo ritmo de trabalho?

a. ☐ 8 dias
b. ☐ 9 dias
c. ☐ 10 dias
d. ☑ 12 dias
e. ☐ 15 dias

8. Em uma empresa de energia elétrica, o consumo mensal (em MWh) de cinco subestações, em ordem crescente, é:

- 10, 14, X, 22, 26.

Sabendo que a média aritmética e a mediana desse conjunto são iguais, assinale a alternativa que apresenta a variância amostral desses dados.

a. ☐ 20
b. ☐ 32
c. ☑ 40
d. ☐ 50
e. ☐ 160

9. Em uma central de supervisão de uma companhia de energia elétrica, o registro diário de falhas em transformadores seguiu uma sequência lógica ao longo de cinco dias consecutivos, gerando a sequência numérica:

- 2, 6, 15, 34, 73, …

Mantendo-se rigorosamente o mesmo padrão lógico de formação, assinale a alternativa que apresenta **corretamente** o número de falhas registradas no sexto dia.

a. ☐ 138
b. ☐ 144
c. ☐ 148
d. ☑ 152
e. ☐ 160

10. Em um levantamento com 120 residências, constatou-se que:

- 50 utilizam ar-condicionado,
- 40 utilizam chuveiro elétrico e
- 30 utilizam aquecedor solar.

Sabe-se que 15 usam ar-condicionado e chuveiro; 10, ar-condicionado e aquecedor; 5, chuveiro e aquecedor; e 2 utilizam os três.

Considerando que as interseções incluem o grupo dos três equipamentos, o número de residências que utilizam exatamente um equipamento é:

a. ☐ 62.
b. ☐ 64.
c. ☑ 66.
d. ☐ 68.
e. ☐ 70.

Noções de Informática

5 questões

11. A proteção dos ativos de informação corporativos exige a compreensão exata das diferentes categorias de códigos maliciosos (malwares).

No contexto da segurança da informação, a característica técnica fundamental que define estruturalmente um "vírus" de computador e o diferencia de outras ameaças é a sua:

a. ☐ apresentação como programa aparentemente legítimo ou útil, induzindo sua execução enquanto mantém ocultas funcionalidades maliciosas no sistema.
b. ☐ capacidade de se autorreplicar e se propagar entre sistemas de forma autônoma, sem depender da associação de seu código a um programa ou arquivo hospedeiro.
c. ☐ atuação voltada à criptografia não autorizada de arquivos e sistemas, geralmente seguida pela exigência de pagamento para possibilitar sua recuperação ou desbloqueio.
d. ☑ capacidade de se replicar, inserindo cópias de seu código em programas, arquivos ou áreas de inicialização, propagando-se quando o conteúdo infectado é executado ou ativado.
e. ☐ atuação voltada ao monitoramento oculto das atividades do usuário, podendo registrar informações digitadas e encaminhá-las posteriormente a terceiros.

12. A inserção de imagens fotográficas em um documento de texto exige ajustes para que a ilustração e os parágrafos sejam adequadamente organizados na página.

Para permitir que o texto contorne uma fotografia e seja distribuído ao seu redor, em vez de tratá-la como um caractere inserido na linha do texto, o recurso **correto** a ser utilizado no Microsoft Word é:

a. ☐ a Divisão em Múltiplas Colunas, que organiza o texto em colunas independentes, sem determinar a disposição do texto ao redor da fotografia.
b. ☑ a Quebra Automática de Texto, que permite definir a disposição do texto ao redor da imagem, por meio das opções de layout disponíveis para esse recurso.
c. ☐ a Configuração de Margens Estreitas, que reduz os espaços laterais da página, sem controlar o modo como o texto contorna ou se posiciona em relação à imagem inserida.
d. ☐ o Agrupamento de Elementos Visuais, que permite tratar determinados objetos como um conjunto, sem definir o contorno do texto em torno da imagem.
e. ☐ o Alinhamento de Parágrafo, que deve ser configurado de forma justificada para ajustar a distribuição do texto entre as margens laterais da página.

13. Durante reuniões virtuais com compartilhamento de tela, a exibição automática de documentos utilizados recentemente no Explorador de Arquivos pode expor informações confidenciais.

Considerando a configuração disponível nas Opções do Explorador de Arquivos para impedir que novos arquivos sejam apresentados nessa lista, o procedimento **correto** é:

a. ☑ acessar a guia Geral das Opções do Explorador de Arquivos e, na seção Privacidade, desativar a configuração responsável pela exibição de arquivos usados recentemente.
b. ☐ utilizar o comando interno para limpar o histórico do Explorador de Arquivos, pois essa ação também impede que novos documentos sejam registrados posteriormente.
c. ☐ alterar, nas propriedades dos documentos, o atributo para oculto, fazendo com que eles deixem de aparecer automaticamente entre os arquivos utilizados recentemente.
d. ☐ desativar a indexação de conteúdo do Windows para os locais onde estão os documentos, impedindo que o Explorador registre sua utilização na lista de recentes.
e. ☐ habilitar a criptografia da unidade de armazenamento local, fazendo com que os nomes dos arquivos deixem de ser apresentados no histórico do Explorador de Arquivos.

14. A condução de reuniões executivas com o uso de projetores exige o controle profissional da exibição.

Para que o palestrante visualize as anotações do orador, o tempo decorrido e o próximo slide na tela de seu computador, enquanto a plateia visualiza apenas a apresentação no telão, o recurso **correto** a ser utilizado é:

a. ☐ a Duplicação de Tela, que apresenta exatamente o mesmo conteúdo visual simultaneamente no computador do palestrante e no dispositivo de projeção.
b. ☐ o Modo de Exibição de Leitura, que apresenta os slides em uma janela com controles de navegação, sem criar uma visualização exclusiva para o palestrante.
c. ☐ a Apresentação Personalizada, que permite selecionar e organizar um subconjunto específico de slides para ser apresentado a um determinado público.
d. ☐ o recurso Ocultar Slide, que retira determinados slides da sequência normal da apresentação visual, sem excluí-los definitivamente do arquivo original.
e. ☑ o Modo de Exibição do Apresentador, que apresenta ao palestrante informações e controles auxiliares sem exibi-los na tela destinada ao público.

15. A adoção de ferramentas de Inteligência Artificial generativa no ambiente corporativo pode auxiliar na elaboração de documentos e na análise de dados.

No que tange à ética, à confidencialidade e ao uso responsável dessas novas tecnologias nas rotinas administrativas, o procedimento **correto** a ser adotado é:

a. ☐ utilizar os resultados apresentados pela IA após verificar sua coerência textual, atribuindo ao fornecedor da ferramenta a responsabilidade por quaisquer informações incorretas.
b. ☑ revisar criticamente as informações geradas e evitar inserir dados pessoais ou informações sigilosas em ferramentas de IA não autorizadas pela organização.
c. ☐ inserir dados pessoais necessários à atividade somente quando a ferramenta utilizar conexão criptografada, ainda que não tenha sido previamente autorizada pela organização.
d. ☐ incorporar o conteúdo gerado aos documentos oficiais sem verificar suas fontes ou eventuais direitos de terceiros, quando não houver indicação explícita de autoria.
e. ☐ dispensar a validação técnica das respostas quando forem utilizadas ferramentas corporativas, mantendo apenas a revisão ortográfica antes da utilização definitiva do conteúdo.

Legislação do Setor Elétrico

5 questões

16. A Lei nº 8.987/1995 estabelece as formas de extinção da concessão de serviço público.

Sobre esse assunto, é **correto** afirmar que:

a. ☐ A caducidade é a extinção automática pelo decurso do prazo, sem necessidade de ato do poder concedente.
b. ☐ A encampação dispensa o pagamento de qualquer indenização à concessionária.
c. ☐ O concessionário pode rescindir o contrato a qualquer momento, sem justificativa, e sem qualquer penalidade.
d. ☐ A anulação da concessão ocorre somente se houver vício no processo licitatório, não se aplicando a outras situações.
e. ☑ A concessão pode ser extinta pelo fim do prazo contratual, pela encampação (retomada do serviço pelo poder público), pela caducidade ou pela rescisão, conforme previsto em lei.

17. O setor elétrico brasileiro é composto por diversos órgãos e entidades que atuam em conjunto.

Sobre a estrutura institucional desse setor, é **correto** afirmar:

a. ☑ A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é a entidade responsável por regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil.
b. ☐ O Operador Nacional do Sistema (ONS) é o órgão responsável por definir o valor da conta de luz que o consumidor paga mensalmente.
c. ☐ O Ministério de Minas e Energia (MME) é a agência reguladora que fiscaliza as distribuidoras de energia em todo o país.
d. ☐ A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é responsável por construir usinas hidrelétricas e termelétricas.
e. ☐ A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) tem a função exclusiva de multar as distribuidoras que prestam mau serviço.

18. A Lei nº 8.987/1995, conhecida como Lei de Concessões, regula a prestação de serviços públicos por empresas privadas.

No caso da distribuição de energia elétrica, essa lei estabelece que:

a. ☐ O contrato de concessão é imutável, não podendo ser revisado em nenhuma hipótese durante sua vigência.
b. ☑ A concessão para distribuir energia é outorgada pelo poder público mediante licitação, e o contrato deve garantir a modicidade tarifária e a continuidade do serviço.
c. ☐ A lei permite que a concessionária transfira o serviço para outra empresa sem a autorização do poder concedente.
d. ☐ A concessão de serviço público dispensa a realização de licitação, sendo outorgada diretamente pelo Ministério de Minas e Energia.
e. ☐ A concessionária pode definir o valor da tarifa livremente, sem qualquer controle do poder público.

19. A articulação entre a Lei nº 8.987/1995 e a Resolução ANEEL nº 1.000/2021 é fundamental para a regulação do setor elétrico.

Nesse contexto, é **correto** afirmar que:

a. ☐ A Lei nº 8.987/1995 e a Resolução nº 1.000/2021 são independentes e a primeira não se aplica ao setor elétrico.
b. ☐ A Resolução nº 1.000/2021 revogou completamente a Lei nº 8.987/1995, que não mais se aplica à distribuição de energia.
c. ☑ A Lei nº 8.987/1995 traz as regras gerais sobre concessões de serviços públicos, enquanto a Resolução nº 1.000/2021 detalha as regras específicas para o serviço de distribuição de energia elétrica.
d. ☐ A Lei de Concessões trata apenas de serviços de transporte, enquanto a Resolução nº 1.000/2021 trata exclusivamente de energia.
e. ☐ Ambas as normas são facultativas, podendo as distribuidoras escolher qual delas desejam cumprir.

20. A Lei nº 8.987/1995 garante ao concessionário (empresa que presta o serviço) a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Isso significa que:

a. ☐ A tarifa não pode ser alterada em nenhuma hipótese durante todo o período da concessão.
b. ☐ A concessionária tem direito a lucros ilimitados, independentemente da qualidade do serviço prestado.
c. ☐ O equilíbrio econômico-financeiro é uma garantia que beneficia apenas os consumidores, não as concessionárias.
d. ☐ Os riscos da atividade econômica são sempre de responsabilidade do poder público, que deve cobrir eventuais prejuízos.
e. ☑ A tarifa pode ser revisada sempre que ocorrerem fatos imprevistos que onerem a prestação do serviço, como o aumento de tributos ou encargos setoriais.

Conhecimentos Específicos

40 questões

21. De acordo com a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) e as recomendações do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) de uma empresa de distribuição de energia elétrica, como deve ser a imunização ocupacional?

a. ☐ Priorizar as vacinas previstas para serviços de saúde, usando-as como referência suficiente para os demais trabalhadores, inclusive eletricistas de linha viva.
b. ☑ Avaliar o estado vacinal e providenciar as vacinas indicadas no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), como a dupla adulto para risco de ferimentos.
c. ☐ Seguir apenas o calendário vacinal do adulto, sem necessidade de vincular imunobiológicos específicos aos riscos identificados no gerenciamento de riscos da empresa.
d. ☐ Dar preferência à vacina contra hepatite B por sua importância ocupacional, deixando as demais indicações para o acompanhamento clínico individual fora do PCMSO.
e. ☐ Registrar no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) apenas a informação de que o esquema vacinal foi avaliado, mantendo os detalhes das doses fora do prontuário ocupacional.

22. O nexo causal entre um agravo à saúde e o trabalho refere-se à:

a. ☑ Relação de causa e efeito estabelecida no caso concreto entre as condições de trabalho e o dano ou doença do trabalhador, podendo o trabalho atuar como causa necessária, fator contributivo ou agravante de condição preexistente.
b. ☐ Associação estatística automática entre o código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da empresa e o código da Classificação Internacional de Doenças, 10ª Revisão (CID-10) do agravo, configurando por si só o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP).
c. ☐ Comprovação exclusiva de exposição a agente nocivo constante das listas oficiais de doenças relacionadas ao trabalho, sem a história ocupacional individual.
d. ☐ Identificação de risco ocupacional presente no ambiente de trabalho, independentemente da ocorrência efetiva de dano ou doença no indivíduo exposto e sem necessidade de estabelecimento de relação causal individualizada.
e. ☐ Presunção legal decorrente exclusivamente da emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) pela empresa, dispensando qualquer avaliação médico-pericial posterior.

23. A capacidade laboral é:

a. ☐ Um estado geral de saúde sem limitação funcional aparente, considerado suficiente para manter o trabalhador na função sem análise das exigências específicas do posto.
b. ☐ Uma medida do rendimento do trabalhador em relação às metas do setor, usada como principal critério para definir se ele está ou não em condições de permanecer na atividade.
c. ☐ Uma aptidão registrada no exame admissional e presumida como válida enquanto o trabalhador permanecer no mesmo cargo, salvo se houver afastamento prolongado.
d. ☑ Uma condição física e mental que habilita o indivíduo a desempenhar as atividades inerentes ao seu cargo, função ou emprego, considerando a repercussão de eventual doença ou lesão sobre o desempenho laboral.
e. ☐ Uma incapacidade ampla para o trabalho, entendida como equivalente à invalidez previdenciária, independentemente das tarefas específicas atribuídas ao empregado.

24. Como deve fundamentar-se a aptidão ou inaptidão do trabalhador para a função, consignada no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)?

a. ☐ Com a constatação de ausência de doença clínica descompensada ou alteração laboratorial relevante, considerada suficiente para liberar o trabalhador para a função.
b. ☐ Por meio da decisão exclusiva do médico perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cabendo ao médico do trabalho apenas registrar os resultados dos exames complementares sem emitir juízo sobre a aptidão.
c. ☐ Por meio da classificação padronizada de apto ou inapto para grupos de funções semelhantes, sem necessidade de avaliar as exposições particulares de cada posto.
d. ☐ Com a presunção de inaptidão quando houver doença crônica diagnosticada, ainda que o quadro esteja controlado e não interfira nas tarefas essenciais.
e. ☑ Com a análise da compatibilidade entre as condições de saúde do empregado e os riscos ocupacionais inerentes às tarefas específicas a serem desempenhadas.

25. Como se constitui o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)?

a. ☐ É um laudo técnico que descreve a exposição a agentes nocivos no ambiente de trabalho e pode subsidiar informações previdenciárias sobre condições especiais.
b. ☐ É um programa obrigatório de saúde ocupacional que estabelece a periodicidade dos exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7).
c. ☑ É um documento histórico-laboral do trabalhador que reúne, entre outras informações, dados administrativos da empresa e do segurado, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, referentes a todo o período em que este exerceu suas atividades.
d. ☐ É um formulário de comunicação de acidente de trabalho ou doença ocupacional que deve ser emitido pela empresa e encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no prazo legal de um dia útil.
e. ☐ É um documento individual de controle de imunizações e de exames complementares específicos, destinado exclusivamente ao registro de intervenções de promoção da saúde do trabalhador em serviços de atenção básica.

26. Um trabalhador da Celesc Distribuição S.A. apresenta incapacidade laborativa por dorsalgia, código M54 da Classificação Internacional de Doenças, 10ª Revisão (CID-10).

Quando houver associação CNAE-CID, o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP):

a. ☐ Depende de laudo individual que demonstre exposição ergonômica relevante no posto de trabalho, usando a associação entre atividade econômica e diagnóstico apenas como informação complementar.
b. ☑ Pode ser presumido pela associação estatística entre a atividade econômica da empresa e a entidade mórbida, gerando presunção relativa de nexo causal que caracteriza a natureza acidentária do benefício, salvo prova em contrário apresentada pela empresa.
c. ☐ Aplica-se sobretudo às doenças profissionais clássicas previstas em listas oficiais, não sendo usualmente utilizado para agravos osteomusculares de origem multifatorial.
d. ☐ Costuma ser analisado após a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), que seria o documento inicial para a perícia reconhecer o caráter ocupacional do benefício.
e. ☐ Gera presunção de nexo que, uma vez estabelecida pela perícia, não poderia ser revista pela empresa nem reconsiderada diante de novos elementos técnicos.

27. A asma pode ser caracterizada como doença relacionada ao trabalho quando:

a. ☐ Fica mais bem caracterizada quando há teste de broncoprovocação específica positivo, de modo que sintomas típicos e melhora nos afastamentos teriam valor apenas indiciário.
b. ☐ Pode ser reconhecida como relacionada ao trabalho apenas pelo fato de ter início na vida adulta, independentemente de exposição ocupacional compatível, variação dos sintomas conforme o trabalho ou investigação clínica funcional.
c. ☑ Tem início no trabalho por exposição a sensibilizante ou irritante, com ou sem período de latência, ou corresponde à piora de asma prévia em condições reais de trabalho.
d. ☐ Torna-se pouco provável quando os sintomas aparecem após longo período de exposição, pois a relação ocupacional seria mais evidente nos quadros de instalação imediata.
e. ☐ É mais bem enquadrada como síndrome de disfunção reativa das vias aéreas (RADS), ficando a asma por sensibilização reservada aos casos sem doença respiratória prévia.

28. Para o Ministério da Saúde, os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são:

a. ☑ Síndromes musculoesqueléticas e neurais relacionadas ao trabalho, que podem ser causadas, mantidas ou agravadas por exigências físicas, organização da tarefa e fatores psicossociais.
b. ☐ Doenças que costumam exigir exame de imagem ou eletroneuromiografia alterados para confirmação do nexo, ficando a história ocupacional e a análise da tarefa em posição secundária.
c. ☐ Síndromes que abrangem principalmente membros superiores submetidos a movimentos repetitivos, sendo menos relacionados a quadros lombares ou situações de sobrecarga estática.
d. ☐ Doenças reconhecidas com maior segurança quando há lesão estrutural demonstrável, pois dor e limitação funcional isoladas teriam menor peso na avaliação ocupacional.
e. ☐ Síndromes que podem ser atribuídas ao ofício informado pelo trabalhador quando houver compatibilidade geral com a função, mesmo antes de avaliação detalhada do posto e da organização do trabalho.

29. Na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho do Ministério da Saúde, dermatose ocupacional é:

a. ☐ Uma lesão que corresponde, na prática, às dermatites de contato alérgicas ou irritativas, ficando acne ocupacional e câncer de pele em categorias distintas de agravos cutâneos.
b. ☐ Uma alteração de pele que depende da correlação entre exposição e lesões, mas o teste epicutâneo positivo costuma ser tomado como principal elemento para confirmar o nexo ocupacional.
c. ☐ Uma alteração de pele que deve ser registrada nos serviços de saúde ocupacional da empresa, cabendo a notificação no sistema público apenas quando houver afastamento ou incapacidade laboral.
d. ☑ Uma alteração de pele, mucosa ou anexos, como unhas, cabelos e pelos, relacionada a agente presente no trabalho, ainda que esse agente apenas agrave quadro preexistente.
e. ☐ Uma lesão considerada ocupacional quando o agente do trabalho for determinante direto, com menor relevância para suscetibilidade individual ou agravamento de dermatose anterior.

30. Pneumoconiose relacionada ao trabalho é:

a. ☑ Uma doença do parênquima por inalação de poeira mineral, com reação tissular apoiada na história de exposição e radiografia interpretada segundo a classificação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
b. ☐ Um quadro que tende a melhorar ou curar com o afastamento da exposição em determinadas situações, a depender do tipo de poeira mineral, da intensidade da exposição e do período de latência.
c. ☐ Uma condição geralmente investigada com apoio de tomografia computadorizada de alta resolução e prova funcional respiratória, atribuindo menor peso à radiografia interpretada pela classificação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
d. ☐ Uma doença restrita à silicose e à asbestose, excluindo pneumoconioses por carvão, siderose e estanhose do conceito de doença relacionada ao trabalho.
e. ☐ Um caso de notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) quando houver confirmação diagnóstica e repercussão clínica relevante.

31. A Perda Auditiva Induzida por Níveis de Pressão Sonora Elevados (PAINPSE) é um agravo à saúde decorrente da exposição contínua a ruídos excessivos no ambiente de trabalho.

Analise as afirmativas abaixo sobre essa condição.

1. Trata-se de uma perda auditiva do tipo neurossensorial.
2. É uma condição geralmente bilateral e irreversível.
3. O dano ocorre preferencialmente nas frequências sonoras mais altas, especificamente em 3.000, 4.000 e/ou 6.000 Hz.
4. Caracteriza-se por perda auditiva predominantemente condutiva, com instalação variável e maior repercussão inicial em frequências da fala.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

a. ☑ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
e. ☐ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

32. As queimaduras elétricas ocupacionais por alta e baixa tensão diferem porque:

a. ☐ A profundidade da lesão depende principalmente do tempo de contato e da resistência dos tecidos, com menor influência da tensão quando a área cutânea atingida é pequena.
b. ☐ As correntes de alta e baixa tensão produzem padrão semelhante de necrose e risco cardíaco, variando apenas a extensão visível da queimadura na pele.
c. ☑ Nas lesões por alta tensão, o dano costuma ser profundo, com maior risco de síndrome compartimental e rabdomiólise; nas de baixa tensão, a lesão tende a ser mais localizada, embora possa haver arritmias.
d. ☐ A queimadura elétrica grave ocorre principalmente em corrente contínua de baixa tensão, enquanto a corrente alternada costuma limitar-se a marcas superficiais de entrada e saída.
e. ☐ A gravidade deve ser estimada apenas pela porcentagem da superfície corporal queimada, sem considerar tensão, tipo de corrente, trajeto, duração do contato ou repercussões sistêmicas.

33. Qual o caminho seguido pela corrente elétrica nos tecidos em queimaduras com ponto de entrada e de saída?

a. ☐ Segue preferencialmente por ossos e gordura, por serem tecidos de maior resistência, poupando músculos, vasos e nervos durante o trajeto entre os pontos de entrada e saída.
b. ☐ Distribui-se de maneira uniforme por todos os tecidos atravessados, permitindo que a área externa da queimadura seja usada como medida fiel do dano interno.
c. ☐ Utiliza exclusivamente sangue e nervos como condutores, sem produzir aquecimento relevante em músculos, tendões ou ossos próximos ao trajeto da corrente.
d. ☑ Segue preferencialmente o trajeto de menor resistência, mas produz maior aquecimento onde há maior resistência tecidual e maior densidade de corrente, podendo causar dano profundo, apesar de lesões cutâneas discretas.
e. ☐ Permanece restrita à pele entre os pontos de entrada e saída, sem atravessar planos profundos, provocar necrose muscular ou comprometer estruturas internas.

34. Qual o principal evento cardíaco nas queimaduras elétricas com passagem de corrente pelo corpo?

a. ☐ Bradicardia sinusal extrema em corrente contínua, especialmente quando o choque ocorre nos membros, sendo esse o mecanismo cardíaco mais comum de morte imediata.
b. ☑ Fibrilação ventricular, especialmente em choques por corrente alternada de baixa tensão com passagem pelo tórax, podendo causar morte imediata.
c. ☐ Bloqueio atrioventricular total como evento habitual, decorrente da interrupção da condução nodal, com menor importância da fibrilação ventricular nos choques elétricos.
d. ☐ Taquicardia ventricular monomórfica sustentada como ritmo predominante, principalmente em queimaduras extensas, independentemente da passagem da corrente pelo tórax.
e. ☐ Dissociação eletromecânica como apresentação típica, relacionada à perda de contratilidade miocárdica após o choque, antes de qualquer arritmia ventricular relevante.

35. No Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), previsto na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) deve contemplar, de forma documentada e contínua:

a. ☐ Os riscos físicos e químicos quantificáveis, priorizando os agentes com possibilidade de mensuração ambiental e deixando outros fatores para análise em programas específicos.
b. ☐ O inventário dos riscos ambientais já mensurados na Norma Regulamentadora nº 9 (NR-9), acompanhado de registros complementares quando houver necessidade de aprofundar a análise de outros fatores ocupacionais.
c. ☐ Os riscos classificados como altos ou extremos, com registro dos demais riscos em controles complementares vinculados ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
d. ☐ A listagem genérica de Equipamento de Proteção Individual (EPI) sem vínculo com a análise de riscos específica de cada atividade ou área da organização.
e. ☑ A identificação, avaliação, classificação e controle dos riscos ocupacionais, com inventário de riscos e plano de ação mantidos atualizados, contemplando os perigos e fatores relacionados às condições e à organização do trabalho quando aplicáveis ao contexto laboral.

36. Para dimensionar o Serviço Especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) de uma filial regional da Celesc Distribuição S.A., o que a Norma Regulamentadora nº 4 (NR-4) considera?

a. ☑ O número de empregados e o grau de risco da atividade econômica, observadas as regras de dimensionamento da NR-4 e as possibilidades de organização do SESMT por estabelecimento, regionalização ou compartilhamento, conforme o caso.
b. ☐ Apenas o número de empregados do estabelecimento, desconsiderando o grau de risco da atividade e a possibilidade de SESMT compartilhado ou regionalizado.
c. ☐ Exclusivamente a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) principal da empresa, independentemente do número de trabalhadores e da existência de atividades de risco superior.
d. ☐ O grau de risco da atividade preponderante isoladamente, desconsiderando o número de empregados e o grau de risco da atividade econômica principal quando este for menor.
e. ☐ A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do estabelecimento matriz, aplicada uniformemente a todos os estabelecimentos da organização, independentemente do grau de risco local e do efetivo de cada unidade.

37. Assinale a alternativa que indica **corretamente** atribuição da CIPA, segundo a Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5), que trata da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA).

a. ☐ Restringir-se exclusivamente à elaboração do mapa de riscos ambientais, sem qualquer participação em temas relacionados ao assédio ou à violência no trabalho.
b. ☐ Elaborar e aprovar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), cabendo aos Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) apenas a execução operacional das medidas já definidas pela comissão.
c. ☐ Deliberar sobre a aptidão ou inaptidão do trabalhador, homologando o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido pelo médico responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
d. ☑ Incluir, em suas atividades e práticas, a prevenção e o combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no trabalho, além da prevenção de acidentes e doenças.
e. ☐ Restringir sua atuação à investigação de acidentes já ocorridos, sem atribuição de acompanhar medidas de prevenção nem de tratar o assédio e a violência no trabalho.

38. Conforme a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), como deve ser feita a seleção do Equipamento de Proteção Individual (EPI)?

a. ☐ Com base no Certificado de Aprovação (CA) vigente, após escolha administrativa do modelo, dispensada a análise da atividade, dos riscos específicos e da opinião dos usuários.
b. ☐ Por ato exclusivo do médico do trabalho, a partir dos exames ocupacionais, sem necessidade de considerar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), a avaliação do posto ou a participação dos trabalhadores usuários.
c. ☐ Por escolha de um modelo único para todos os setores da empresa, desde que seja confortável, tenha Certificado de Aprovação (CA) válido e seja entregue com treinamento básico aos trabalhadores.
d. ☐ Pelo técnico de segurança, de forma autônoma, desde que registre a entrega, confira o Certificado de Aprovação (CA) e substitua o equipamento quando houver desgaste, dano ou perda de validade.
e. ☑ Pela organização, com apoio do Serviço Especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), quando houver, após ouvir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) ou o nomeado da CIPA e os trabalhadores usuários, considerando riscos, atividade executada e adequação do Equipamento de Proteção Individual (EPI).

39. Segundo a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), como deve ser elaborado o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)?

a. ☐ De forma independente do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), com exames padronizados iguais para todos os trabalhadores, independentemente da exposição.
b. ☐ A partir de uma bateria mínima padronizada de exames clínicos e laboratoriais definida pela Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), à qual se somam exames específicos somente quando houver exposição acima do nível de ação.
c. ☑ Considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), com plano de exames clínicos e complementares adequados a esses riscos.
d. ☐ Pelo médico examinador que realiza os exames clínicos, independentemente de designação de médico responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e de integração com o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).
e. ☐ Somente para empresas de grau de risco 3 e 4, sendo dispensado nas demais independentemente dos riscos presentes.

40. A Norma Regulamentadora nº 9 (NR-9), que trata da avaliação e do controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos, estabelece requisitos para:

a. ☐ Riscos ergonômicos e psicossociais identificados no processo de trabalho, tratando os agentes físicos, químicos e biológicos como temas secundários de outras normas.
b. ☐ Agentes químicos previstos nos anexos de insalubridade, deixando a avaliação de ruído, calor e agentes biológicos para programas específicos da organização.
c. ☐ Ruídos e calor, por serem os agentes físicos mais frequentemente mensurados, com avaliação dos demais agentes apenas quando houver queixa clínica ou afastamento.
d. ☑ A avaliação de agentes físicos, químicos e biológicos identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), definindo metodologias para subsidiar medidas preventivas.
e. ☐ Agentes com limite de tolerância definido, entendendo que a ausência de limite numérico dispensa a etapa preliminar de reconhecimento da exposição.

41. Um eletricista de linha viva da Celesc Distribuição S.A. vai intervir em rede energizada.

O que a Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10) exige para autorizá-lo?

a. ☐ Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) periódico válido, considerado suficiente quando o trabalhador já possui experiência anterior em atividades com eletricidade.
b. ☐ Experiência prática comprovada pelo supervisor da equipe, com treinamento formal indicado apenas para trabalhadores recém-admitidos ou sem vivência na função.
c. ☐ Capacitação básica em Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10), entendida como suficiente para atividades energizadas quando acompanhada do uso correto dos equipamentos de proteção.
d. ☐ Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado, com autorização informal da chefia imediata e registro posterior da atividade executada.
e. ☑ Capacitação específica, avaliação de saúde compatível com a atividade e autorização formal da empresa, com registro e controle periódicos.

42. A Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15), que trata de atividades e operações insalubres, estabelece que a caracterização de atividade ou operação como insalubre ocorre:

a. ☐ Na exposição habitual a agente físico, químico ou biológico, ainda que a intensidade não ultrapasse limites de tolerância nem se enquadre nas hipóteses qualitativas previstas.
b. ☑ Quando a exposição ultrapassa os limites de tolerância estabelecidos nos anexos da norma ou quando a atividade é enquadrada qualitativamente em situações previstas, gerando direito ao adicional.
c. ☐ Na necessidade de uso contínuo de Equipamento de Proteção Individual (EPI), interpretada como evidência suficiente de exposição insalubre no setor avaliado.
d. ☐ Na presença de risco de acidente relevante, ainda que não haja exposição a agente insalubre previsto nos anexos específicos da NR-15.
e. ☐ No registro do agente no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), mesmo quando a avaliação técnica indica exposição controlada ou sem enquadramento nos anexos da norma.

43. De acordo com a Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16), que trata de atividades e operações perigosas, essas atividades e operações são aquelas que:

a. ☐ Geram adicional de insalubridade quando a exposição envolve agentes agressivos à saúde, aproximando-se dos critérios usados para limites de tolerância.
b. ☐ Decorrem de exposição intermitente a agentes químicos ou físicos de maior gravidade, ainda que não haja contato com inflamáveis, explosivos, energia elétrica ou outra hipótese prevista.
c. ☑ Por sua natureza ou métodos de trabalho, implicam risco acentuado em virtude de exposição permanente a inflamáveis, explosivos, energia elétrica ou outras situações previstas na norma.
d. ☐ Incluem atividades em altura moderada quando houver possibilidade de queda, tomando o risco de acidente como critério suficiente para caracterizar periculosidade.
e. ☐ Abrangem o trabalho acima de 2 metros quando houver risco de queda, hipótese em que o adicional de periculosidade seria analisado em conjunto com a Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35).

44. A Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), que trata de ergonomia, prevê, para a análise das situações de trabalho, a realização de:

a. ☐ Um mapa de riscos ambientais elaborado pela comissão interna, utilizado como referência principal para adequações ergonômicas quando não há queixas formais dos trabalhadores.
b. ☑ Uma avaliação ergonômica preliminar (AEP) e, quando necessário, Análise Ergonômica do Trabalho (AET), integradas ao gerenciamento de riscos da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).
c. ☐ Uma avaliação Ergonômica Preliminar (AEP) em todos os casos, com Análise Ergonômica do Trabalho (AET) reservada para situações de litígio, afastamento ou solicitação da fiscalização.
d. ☐ Um laudo técnico de insalubridade quando houver sobrecarga física ou mental, usando seus resultados para substituir a análise específica das condições ergonômicas.
e. ☐ Um dimensionamento do Serviço Especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), considerado suficiente para indicar se os postos e ritmos de trabalho estão adequados.

45. A Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32), aplicável aos serviços de saúde, estabelece medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores expostos a quais riscos e situações?

a. ☐ De riscos ergonômicos e organizacionais pelos instrumentos gerais da empresa, mantendo a Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32) voltada apenas aos riscos biológicos e químicos.
b. ☐ De riscos biológicos apenas, com exclusão de agentes químicos e de radiações ionizantes, por serem objeto de outras normas.
c. ☑ De riscos biológicos, químicos, radiações ionizantes e outras situações específicas dos serviços de saúde, incluindo vacinação indicada, manejo seguro de materiais perfurocortantes e medidas previstas no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e no gerenciamento de riscos.
d. ☐ De riscos físicos clássicos — ruído, calor e vibração — e de acidentes mecânicos, típicos de qualquer estabelecimento industrial.
e. ☐ Aquelas restritas ao manejo de perfurocortantes e à vacinação contra hepatite B, sem incluir radiações ionizantes nem o conjunto de agentes químicos dos serviços de saúde.

46. Analise as afirmativas abaixo sobre os critérios de Schilling utilizados na avaliação do nexo causal entre o trabalho e as doenças ocupacionais.

1. Grupo I (Trabalho como causa necessária): refere-se às doenças em que o trabalho constitui a causa direta e necessária para o seu surgimento.
2. Grupo II (Trabalho como fator contributivo, mas não necessário): aplica-se quando o trabalho atua como fator de risco que contribui para o adoecimento, em interação com outros fatores causais, dentro de um contexto de exposição ocupacional compatível.
3. Grupo III (Trabalho como provocador de distúrbio latente ou agravador de doença já estabelecida): classifica as situações em que o trabalho atua como desencadeante em indivíduo suscetível ou como agravante de uma condição preexistente.
4. Grupo IV (presunção previdenciária): o nexo é automático sempre que houver associação estatística entre a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e a Classificação Internacional de Doenças, 10ª Revisão (CID-10), sem avaliação clínica individual.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

a. ☑ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
e. ☐ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

47. Quais as doenças que se enquadram no Grupo I dos critérios de Schilling?

a. ☐ Distúrbios musculoesqueléticos, como tenossinovite, síndrome do túnel do carpo e lombalgia crônica, quando há exposição laboral relevante e quadro clínico compatível.
b. ☑ Doenças em que o trabalho constitui causa necessária, como silicose, asbestose e bissinose, quando decorrentes de exposição ocupacional compatível.
c. ☐ Hipertensão arterial, *diabetes mellitus* e doença arterial coronariana, quando o estresse ocupacional é considerado fator importante na evolução clínica do trabalhador.
d. ☐ Depressão, ansiedade e síndrome de burnout, quando associadas a pressão organizacional intensa, conflitos no trabalho ou exigências elevadas de desempenho.
e. ☐ Asma em indivíduo atópico, dermatite em trabalhador predisposto e enxaqueca em pessoa suscetível, quando o trabalho tem papel de gatilho ou agravamento.

48. Quais doenças podem enquadrar-se no Grupo II dos critérios de Schilling, em contexto de exposição ocupacional compatível?

a. ☐ Silicose, asbestose e bissinose, por serem doenças historicamente associadas ao trabalho, embora nem sempre representem o grupo de nexo contributivo.
b. ☐ Mesotelioma pleural, intoxicação por chumbo e antracose, quando a exposição ocupacional é relevante, mas interpretada como fator associado e não como causa necessária.
c. ☐ Febre amarela, tétano e hepatite A, quando relacionados a condições de trabalho que aumentam a exposição, mas sem distinguir adequadamente causa necessária e contribuição.
d. ☐ Tuberculose pulmonar, hanseníase e malária, quando há exposição no ambiente laboral, tomando a suscetibilidade individual como critério principal de classificação.
e. ☑ Distúrbios musculoesqueléticos relacionados ao trabalho, como tenossinovite, síndrome do túnel do carpo e lombalgia crônica, quando o trabalho atua como fator contributivo, mas não necessário, em contexto de exposição ocupacional compatível.

49. Um eletricista sobe em poste a 8 metros, com risco de queda.

O que a Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35) exige para executar o serviço?

a. ☐ Uso de cinto de segurança e talabarte adequado, com análise de risco realizada pela equipe e autorização verbal da chefia imediata quando houver experiência prévia na atividade.
b. ☐ Exame médico periódico válido e registro de experiência prévia em trabalho em altura, com treinamento específico exigido apenas para trabalhadores sem atuação recente.
c. ☑ Capacitação específica, avaliação de saúde com aptidão declarada no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), análise de risco e autorização formal da empresa, além de sistemas de proteção contra quedas.
d. ☐ Declaração de aptidão no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), uso de cinto tipo paraquedista e orientação operacional, reservando a permissão formal para serviços de maior complexidade.
e. ☐ Capacitação inicial em trabalho em altura com reciclagem apenas quando houver mudança de função, mantendo a avaliação de saúde periódica como controle suficiente.

50. Quando o acidente automobilístico de trajeto sofrido pelo trabalhador pode ser caracterizado como acidente de trabalho, nos termos do artigo 21, IV, "d", da Lei nº 8.213/1991?

a. ☑ No percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.
b. ☐ Ocorre durante qualquer deslocamento feito no horário de expediente, ainda que sem relação com o percurso residência-trabalho ou com determinação da empresa.
c. ☐ Ocorre apenas quando o veículo utilizado pertence à empresa, independentemente do trajeto realizado ou da finalidade do deslocamento.
d. ☐ Ocorre somente quando o trajeto é feito em transporte fornecido pelo empregador, excluindo veículos próprios, transporte público ou deslocamento a pé.
e. ☐ Ocorre em deslocamento particular do trabalhador, sem relação com o percurso entre residência e trabalho nem com execução de atividade determinada pela empresa.

51. Em um surto de hepatite A ocorrido em uma estação hidroelétrica, são medidas imediatas de controle recomendadas pelo Ministério da Saúde que devem ser tomadas:

1. Notificação compulsória: o registro imediato do surto às autoridades de saúde competentes.
2. Investigação da fonte de transmissão: a busca ativa para identificar a origem do contágio no ambiente.
3. Avaliação dos contatos para adoção oportuna das medidas de profilaxia recomendadas, incluindo vacinação quando indicada conforme idade, situação vacinal e orientação da vigilância epidemiológica.
4. Reforço das medidas de higiene e abastecimento de água potável: a garantia de condições sanitárias adequadas, visto que a hepatite A possui transmissão via fecal-oral (frequentemente associada à água e a alimentos contaminados).

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
e. ☑ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

52. Quando um funcionário de uma empresa recebe diagnóstico de tuberculose pulmonar bacilífera, quais medidas prioritárias de prevenção e controle no ambiente de trabalho, conforme as recomendações do Ministério da Saúde, devem ser tomadas?

a. ☐ Manutenção do trabalhador em atividade com máscara adequada, investigação restrita aos colegas do mesmo turno e reforço das medidas de ventilação do setor.
b. ☐ Avaliação clínica de toda a força de trabalho e oferta de tratamento para infecção latente a grupos ampliados, mesmo antes de classificar o grau de contato.
c. ☐ Avaliação radiológica em trabalhadores do setor e busca ativa de sintomas respiratórios, deixando a investigação individualizada para contatos domiciliares.
d. ☑ Afastamento do trabalhador do convívio coletivo enquanto houver transmissibilidade, notificação compulsória, investigação dos contatos próximos e orientação sobre higiene respiratória.
e. ☐ Afastamento até completar fase inicial do tratamento, com retorno condicionado ao término do esquema terapêutico ou à liberação formal do serviço assistente.

53. De acordo com as diretrizes atuais de Suporte Básico de Vida para adultos, após identificar uma parada cardiorrespiratória em adulto por um socorrista único, a sequência inicial **correta** é:

a. ☐ Realizar duas ventilações iniciais, reavaliar rapidamente a resposta da vítima e só então acionar o serviço de emergência antes de iniciar compressões torácicas contínuas.
b. ☑ Acionar o serviço de emergência, solicitar o DEA e iniciar compressões torácicas de alta qualidade, mantendo frequência de 100 a 120 por minuto e profundidade de cerca de 5 a 6 cm.
c. ☐ Checar o pulso por período prolongado, confirmar a ausência de circulação e iniciar ventilações de resgate enquanto outra pessoa busca o DEA e aciona a emergência.
d. ☐ Realizar reanimação cardiopulmonar por 2 minutos antes de acionar o serviço de emergência, quando o socorrista estiver sozinho e a vítima inconsciente for adulta.
e. ☐ Priorizar a ventilação com bolsa-válvula-máscara nos primeiros ciclos, iniciar compressões em seguida e manter essa sequência até a chegada do DEA ao local.

54. De acordo com as diretrizes atuais da *American Heart Association* (AHA) de Suporte Básico de Vida (SBV), a sequência **correta** de utilização do Desfibrilador Externo Automático (DEA) em um adulto em parada cardiorrespiratória é:

a. ☐ Interromper brevemente as compressões para ligar o Desfibrilador Externo Automático (DEA), confirmar o ritmo e aplicar o choque se a análise indicar.
b. ☐ Aplicar choques sucessivos enquanto o ritmo permanecer chocável, retomando a reanimação cardiopulmonar (RCP) após a sequência inicial de desfibrilação.
c. ☑ Manter as compressões torácicas enquanto o Desfibrilador Externo Automático (DEA) é preparado, ligar o aparelho, conectar os eletrodos, permitir a análise do ritmo, aplicar o choque se indicado e retomar imediatamente a reanimação cardiopulmonar (RCP) por 2 minutos.
d. ☐ Completar alguns ciclos de reanimação cardiopulmonar (RCP) antes de ligar o Desfibrilador Externo Automático (DEA), para reduzir interrupções durante a análise.
e. ☐ Aplicar o choque indicado, verificar pulso e respiração por alguns segundos e então decidir se a reanimação cardiopulmonar (RCP) deve ser retomada.

55. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o tipo de estudo epidemiológico que permite o cálculo direto da incidência e estabelece a relação temporal entre exposição e desfecho:

a. ☐ Estudo transversal, quando usado para comparar exposição e desfecho em um ponto definido do tempo.
b. ☐ Estudo de caso-controle, quando a seleção parte do desfecho e busca retrospectivamente exposições associadas.
c. ☐ Estudo ecológico, quando a unidade de análise é um grupo populacional ou território, e não indivíduos acompanhados ao longo do tempo.
d. ☐ Série de casos, quando descreve um conjunto de trabalhadores acometidos sem grupo comparador formal ou medida direta de risco.
e. ☑ Estudo de coorte, quando os participantes são acompanhados ao longo do tempo a partir da exposição, permitindo estimar diretamente a incidência e observar a sequência entre exposição e desfecho.

56. Em um surto de doença ocupacional, qual indicador expressa a proporção de óbitos entre os casos diagnosticados, refletindo a gravidade do agravo entre os acometidos?

a. ☑ Letalidade, óbitos entre os doentes daquele agravo.
b. ☐ Incidência, casos novos na população em risco.
c. ☐ Prevalência pontual, estoque de casos num instante.
d. ☐ Mortalidade específica, óbitos pela causa em relação à população, não só aos doentes.
e. ☐ Risco atribuível populacional, a fatia que desapareceria se a exposição acabasse.

57. Considere uma população estimada de 587.486 habitantes e uma projeção anual de 210 a 235 casos novos de tuberculose.

O coeficiente de incidência correspondente é de:

a. ☐ 15,0 a 20,0 casos por 100.000 habitantes.
b. ☑ 35,7 a 40,0 casos por 100.000 habitantes.
c. ☐ 55,0 a 60,0 casos por 100.000 habitantes.
d. ☐ 70,0 a 75,0 casos por 100.000 habitantes.
e. ☐ 90,0 a 95,0 casos por 100.000 habitantes.

58. De acordo com o Código de Ética Médica, o médico do trabalho, ao realizar exames ocupacionais, deve:

a. ☐ Informar ao empregador dados clínicos relevantes para adaptação do posto, incluindo diagnóstico quando isso parecer necessário à proteção coletiva.
b. ☐ Compartilhar informações clínicas em reuniões da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), quando houver finalidade preventiva e participação restrita.
c. ☐ Manter no prontuário ocupacional as informações necessárias à gestão de saúde, permitindo acesso administrativo quando houver interesse da empresa em acompanhar restrições.
d. ☑ Manter sigilo sobre as informações de saúde do trabalhador e informar ao empregador apenas a conclusão de aptidão ou inaptidão, salvo autorização expressa ou imposição legal.
e. ☐ Comunicar à empresa o diagnóstico de doença relacionada ao trabalho quando houver implicações para prevenção de novos casos no mesmo ambiente.

59. No exercício da Medicina do Trabalho, a responsabilidade profissional do médico responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) inclui:

a. ☐ Acompanhar indicadores de absenteísmo e relatórios gerenciais, deixando a definição dos exames por risco sob responsabilidade operacional da clínica executora.
b. ☐ Emitir os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) com apoio nos exames complementares e nas informações dos Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), sem reavaliar diretamente a compatibilidade com os riscos do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).
c. ☐ Responsabilizar-se prioritariamente pelos exames admissionais e demissionais, delegando os demais exames ocupacionais à equipe assistente, conforme protocolos internos.
d. ☐ Encaminhar o relatório analítico anual aos setores envolvidos, tomando os dados consolidados como suficientes para demonstrar a efetividade do programa.
e. ☑ Planejar, coordenar e avaliar o programa, garantindo que os exames ocupacionais sejam realizados de acordo com os riscos identificados e com as normas técnicas vigentes.

60. Conforme as normas do Conselho Federal de Medicina (CFM), o atestado de saúde ocupacional deve:

a. ☐ Incluir diagnóstico e resultados clínicos quando houver restrição funcional, ainda que sem autorização expressa do trabalhador, para orientar decisões administrativas.
b. ☐ Dispensar parte da identificação médica quando o documento for emitido por serviço ocupacional interno, desde que conste em formulário institucional da empresa.
c. ☐ Substituir a conclusão de aptidão por descrição clínica detalhada, permitindo que a empresa avalie diretamente a compatibilidade com a função exercida.
d. ☑ Conter identificação do médico e do trabalhador, função avaliada, conclusão de aptidão ou inaptidão e restrições funcionais necessárias, preservando sigilo diagnóstico e dados clínicos.
e. ☐ Priorizar emissão digital com validação institucional, admitindo o formato físico apenas quando houver impossibilidade operacional ou limitação do sistema utilizado.

Coluna em Branco. (rascunho)

Página
em Branco.
(rascunho)

GRADE DE RESPOSTAS

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

S5 Médico • Medicina do Trabalho

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

UTILIZE A GRADE AO LADO PARA ANOTAR AS SUAS RESPOSTAS.

NÃO DESTAQUE ESTA FOLHA!

AO ENTREGAR SUA PROVA, O FISCAL IRÁ DESTACAR E ENTREGAR ESTA GRADE DE RESPOSTAS QUE VOCÊ PODERÁ LEVAR PARA POSTERIOR CONFERÊNCIA.



Fepese



Fepese

Campus Universitário da UFSC
Florianópolis (SC) • 88040-900
(48) 3953-1000 • **fepese.org.br**